

<http://divergences.be/spip.php?article456>



Lucia Bruno

# Brasil - Grève na Universidade de Sao Paulo (USP)

- Archives - Archives Générales 2006 - 2022 - 2007 - N° 8 Juillet/July 2007 - International -

Date de mise en ligne : sÁbado 30 de Junho de 2007

---

Copyright © Divergences Revue libertaire en ligne - Tous droits réservés

---

**Comentarios de uma amiga professora implicada na gréve e um texto dela em resposta aos ataques dos professores que apoiam a direção da universidade.**

[http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L270xH400/ang\\_npai\\_solo\\_03-6879d.jpg](http://divergences.be/sites/divergences.be/local/cache-vignettes/L270xH400/ang_npai_solo_03-6879d.jpg)

**Les prunelles d'angelle**

1)  
Estamos em greve na USP e as atividades são intensas. Os estudantes ocuparam o prédio da reitoria (onde fica o reitor, atualmente uma mulher, e a administração central da universidade). Estão lá há 30 dias. Tudo começou com o vice-reitor negando-se a receber os estudantes que lá foram para entregar suas reivindicações à reitora; mais moradia, mais professores, ônibus na cidade universitária e abertura do restaurante de estudantes durante os fins de semana para atender os alunos que lá vivem.

Diante da recusa do vice-reitor em recebê-los, eles invadiram o prédio, puseram os burocratas para fora e ocuparam o espaço. No decorrer da semana, os funcionários também entraram em greve e depois os professores. A luta agora é conjunta e é contra os decretos do governador José Serra que elimina a autonomia da universidade, modifica o sistema de aposentadoria dos professores e funcionários, subordina a administração financeira da USP à Secretaria de Gestão ligada diretamente ao governador, estabelece a pesquisa aplicada como prioritária em detrimento da pesquisa básica, o que significa subordinar as atividades de pesquisa às demandas das empresas, etc. É também o período de nossa negociação salarial.

Assim, as coisas estão quentes por aqui. Os estudantes criaram uma forma de organização muito interessante; bastante horizontal, neutralizaram os grupos políticos que lá estavam a dar ordens e isso tudo já começa a se expandir para outros campus do interior de São Paulo. Na própria USP, algumas unidades estão abrindo suas Congregações (órgão de decisão máxima nas faculdades que integram a USP) para a participação de alunos, funcionários e professores que não a compõem estatutariamente.

Lucia Bruno  
Sao Paulo, 1 junho 2007

---

2)  
Violência contra a Universidade  
Lúcia Bruno

“Nunca às coisas os seus verdadeiros nomes. São poucos os homens que têm idéias claras sobre as coisas e a maior parte preocupa-se somente com a palavra. Iludidos pela palavra não se horrorizam os homens com as coisas mais infames quando decoradas por belos nomes e, horrorizam-nos as mais louváveis quando aviltadas por nomes odiosos. Assim o trabalho corrente dos ministérios é corromper os povos, adulterando o sentido das palavras”  
(Jean-Pierre Marat .As correntes da escravidão).

Nestes termos, Jean Pierre Marat denunciava antes mesmo de desencadeada a Revolução Francesa, a política dos governos e a importância da palavra como arma do poder. No episódio recente da luta de estudantes, funcionários e professores da USP contra as condições difíceis de funcionamento desta instituição de ensino superior e contra a política do governo do Estado, que as agrava, esta operação denunciada por Marat, atualiza-se e surge com nitidez nos discursos de políticos profissionais, do vice-reitor e de alguns professores. Em artigo publicado na página Tendências e Debates da Folha de São Paulo(01/06/2007), o vice-reitor da USP, prof<sup>o</sup>. Franco Lajolo desfere contra

a luta de alunos, funcionários e professores, mais um ataque, somando-se este, aos de José Arthur Gianotti e ao de José de Souza Martins.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer o leitor que foi exatamente o vice-reitor, prof<sup>o</sup> Franco Lajolo que, substituindo a reitora em viagem à Espanha, se recusou a receber os estudantes que lá estiveram no dia 3 de maio último, para lhe entregar suas reivindicações. Foi este senhor e não outra pessoa, quem provocou a ocupação do prédio pelos estudantes, dada a sua prepotência, autoritarismo e desprezo pelo diálogo democrático, termo tão freqüente no discurso dos políticos profissionais e dos áulicos do poder universitário.

O vice-reitor logo no início de seu artigo lamenta que os estudantes que hoje ocupam o prédio da reitoria, “herdeiros do movimento estudantil que tanta importância teve em momentos decisivos da história do país se arvorem em defensores de valores tão vagos e imprecisos como os direitos do povo” e que a partir daí justifiquem a invasão de prédios públicos. Primeiramente, de acordo com os próprios estudantes, eles não se identificam com esse movimento estudantil que produziu entre outras personalidades do mundo político um José Serra, um José Dirceu e tantos outros praticantes do autoritarismo que caracteriza nosso chamado Estado de Direito, dentro e fora da USP. Ao contrário, pela criatividade que caracteriza suas ações e a forma de organização que instituíram no seu processo de luta, os estudantes mostram o seu rompimento com as velhas estruturas hierárquicas do movimento estudantil, que serviram de escola para os então aspirantes a donos do poder que hoje conhecemos. Talvez por isso, esta criatividade que se materializa na criação de relações sociais horizontais estabelecidas entre eles, na eliminação das cadeias de comando, no estabelecimento das assembléias gerais como eixo dos debates e da tomada de decisões, assim como na não aceitação de manipulações partidárias no seio de seu movimento, deixe tão irritados os professores acima citados. Neste sentido, vale lembrar o fato de o professor Martins tentar desqualificar a luta dos estudantes exatamente pelas virtudes acima referidas, consideradas por ele como pequeno-burguesas e pueris, para dizer o mínimo. Caso fosse o contrário, isto é, se estivessem a quebrar, a depredar o prédio ocupado, a destruir os seus jardins internos, o que escreveria o professor? Aplaudiria? Certamente que não, aí os desqualificaria a partir de outros argumentos. Na realidade, esta luta dos estudantes enterra os velhos dogmas nos quais foram formados esses professores e ao mesmo tempo, expõe o autoritarismo que anima o pensamento de muitos de seus egressos, embora, felizmente não de todos.

Voltando ao artigo do vice-reitor é muito importante observar que a sua crítica recai sobre a suposta violência dos estudantes contra prédios públicos. No entanto, nenhuma palavra é dita sobre a violência da reitoria e do governo do estado contra os estudantes, sem os quais, como se sabe, não existiriam instituições de ensino, professores, reitores, vice-reitores, diretores de faculdades e chefes de departamentos. Esta violência contra os estudantes está expressa na falta já crônica de professores, de funcionários, de moradia para alunos de baixa renda que não têm outra opção senão viver nos prédios degradados do CRUSP, tendo que enfrentar nos finais de semana a ausência de ônibus, de segurança no campus e de restaurantes onde possam se alimentar. Na realidade, os dirigentes da USP ignoram a existência desses jovens, da mesma forma que Gianotti e José de Souza Martins, ao que parece, nunca lhes prestaram atenção, já que os definem como oriundos da pequena burguesia e/ou membros de uma elite que conseguiu passar pela peneira fina do vestibular. Os jovens pobres no Brasil são penalizados até quando demonstram possuir capacidade de passar pela peneira fina da seleção econômico-social e cultural!

Na realidade, trata-se de filhos de famílias da classe trabalhadora, que a partir de um esforço que certamente os três professores acima citados nunca foram obrigados a realizar, tentam furar o cerco da pobreza, verdadeira prisão social, onde se encontram confinados pela lógica da distribuição de renda no Brasil. Certamente que há muitos alunos matriculados na USP advindos de famílias de alta renda e esta presença é ou deveria ser, enriquecedora para todos. Mas estes jovens serão cada vez mais raros, se a tendência, já observada no interior desse meio social, de enviar seus filhos para estudarem no exterior, especialmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, vier a se expandir e a se consolidar. O objetivo é formá-los desde o início de seus estudos universitários dentro de uma visão de mundo cosmopolita mais adequada ao processo de internacionalização da classe capitalista e do mercado de trabalho altamente qualificado, que acompanha a globalização das estruturas econômicas e políticas.

Esta tendência explica em parte, as políticas governamentais já em curso no país, de aligeirar os estudos universitários dos jovens que aqui permanecem, assim como as tentativas de reduzir os custos de sua formação, uma vez que a chamada missão da universidade atual é formar em massa, força de trabalho qualificada e não mais futuros dirigentes. A pesquisa, nas propostas de reforma do ensino universitário, deverá ser, sobretudo, aplicada (ou operacional), uma vez que a pesquisa básica é feita nos países de economia mais dinâmica e inovadora e os empresários aqui instalados, assim como os sucessivos governos que temos tido, nestes últimos 17 anos, não a têm considerado prioritária.

Mas, “nunca às coisas os seus verdadeiros nomes” e assim os três professores seguem na tentativa de desqualificar a luta dos estudantes, funcionários e professores que se movimentam para manter a qualidade do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão, que estruturam o projeto da Universidade de São Paulo. Como escreveu Elias Cannetti em seu livro *Massa e Poder nada*, é mais nefasto para uma cidade sitiada, do que a ação daqueles que tramam e trabalham pela sua destruição a partir de seu interior. A educação sitiada pelas políticas estatais tanto federais quanto estaduais enfrenta agora a ação dos que a corroem a partir de dentro, em nome do Estado de Direito e da democracia. (nunca às coisas os seus verdadeiros nomes).

Assim, não deve nos surpreender o fato desses defensores do Estado de Direito não terem escrito uma só linha ou pronunciado um só vocábulo contra a violência perpetrada pelo governador contra os manifestantes que tentaram chegar até o palácio dos Bandeirantes, na quarta-feira, para levar a ele as reivindicações do movimento, devido a um dos esquemas policiais mais ostensivos montados nesta cidade, desde o fim da ditadura militar. Quem esteve na última quarta-feira nas cercanias do palácio onde está instalado o governo do povo, pelo povo e para o povo, (nunca às coisas os seus verdadeiros nomes) pode apreciar o espetáculo melancólico de um Estado de Direito que impede os governados de se aproximar do seu governante para lhe expor suas discordâncias e reivindicações. Cabe registrar, também o desrespeito do governador com a população em geral, que em razão da interdição de várias vias de trânsito a impediu de circular pela região oeste da cidade durante pelo menos, cinco horas.

O vice-reitor afirma em seu artigo “que a população que paga seus impostos e que com ele financia a universidade de São Paulo, quer, sim, uma universidade pública e gratuita de qualidade. E nós também queremos”, diz ele. Mas, neste discurso, quem exatamente o pronome nós recobre? Certamente que não a reitora, o vice-reitor e tantos diretores de unidades que se mantiveram em silêncio diante dos decretos do governador, alguns deles já modificados pelo próprio, obrigado que foi pelo movimento de luta em curso. Prosseguindo, o prof. Franco Lajolo afirma que esta população que paga os impostos e que sustenta a USP, “não elegeu como porta-vozes nem os invasores, nem os servidores, nem os docentes que se solidarizam com a invasão”.

Evidentemente que não os elegeu e nem poderia, da mesma forma que não elegeu nem a reitora e nem o vice-reitor que agora se arvora do direito de falar em seu nome. Esta população, segundo Lajolo, “respalda uma Constituição que estabelece as relações do Estado com o ensino superior e elegeu para governador o professor José Serra”.

Ora, exatamente esta Constituição que “a população pagadora de impostos respalda”, o governador desrespeitou ao criar por decreto, a secretaria do Ensino Superior, uma vez que só poderia fazê-lo depois de enviar sua proposta na forma de projeto para ser apreciado e aprovado pela Assembléia Legislativa. Além disso, a autonomia universitária, que o governador tentou eliminar sob o silêncio da reitoria da USP e da maioria dos diretores de suas unidades, é um direito inscrito na Constituição Federal e não pode ser desrespeitado por nenhum governador de estado. Assim sendo, de que Estado de Direito está o vice-reitor a falar?

Em seu artigo, ele pergunta: “que lição de ética, democracia e lógica estamos ensinando na USP?” Caso o sujeito implícito na pergunta, seja ele próprio, a reitora e seus colegas omissos frente a grave situação que a USP enfrenta, a resposta já está dada por eles próprios; a ética é a da desconversa; a democracia é o exercício do autoritarismo, a lógica, é a da irresponsabilidade diante do compromisso que devem ter todos os educadores e pesquisadores com a qualidade do ensino e da produção do conhecimento, especialmente quando se trata de universidade pública.

Para finalizar, o vice-reitor acusa os estudantes de tomarem a lei nas próprias mãos em nome de um vago direito da população de ocupar prédios públicos, definindo o ato de ocupação da reitoria como “um apanágio de movimentos e governos totalitários, como o que no Brasil de 1964 a 1968 implantou, manteve e intensificou a ditadura”. Ora, querer comparar a truculência praticada pela polícia e órgãos de repressão da ditadura militar com a ocupação do prédio da reitoria da USP por estudantes desarmados que só queriam negociar suas reivindicações com a reitora, beira o delírio. Dizer que os estudantes confundem licenciosidade com democracia e afirmar que assim agindo eles ameaçam a existência de um Estado de Direito que existiria na USP, instituição comprometida com a racionalidade (qual racionalidade?), é, na melhor das hipóteses má-fé; na pior, é delinqüência acadêmica.

Num Estado de Direito, reitores, vice-reitores e demais gestores da universidade devem estar a serviço da educação, da pesquisa e das atividades de extensão, cabendo a eles o dever de garantir as condições ótimas para que tais atividades se desenvolvam em patamares sempre renovados e em graus cada vez mais complexos e efetivos. Não cabe a eles utilizarem os cargos que ocupam na universidade como meio de ascensão ao poder e tampouco para a obtenção de privilégios, prestígio e prebendas dentro e fora do meio acadêmico. Tampouco podem se permitir, considerando que têm o dever de praticar a dignidade profissional exigida pelas responsabilidades inscritas nos cargos que ocupam e defendem à unhas e dentes, se degradarem ao ponto, de se transformarem em ventríloquos do governador.